

Exmo. Senhor
Presidente da Comissão de Educação e Ciência
Deputado Alexandre Quintanilha
Assembleia da República

Assunto: Contributo sobre a implementação do Plano de Recuperação das Aprendizagens nas escolas, os seus resultados e impacto das medidas implementadas nas várias áreas, dificuldades e desafios sentidos

Em relação ao solicitado, consideramos oportuno partilhar alguns resultados da Consulta Nacional online que a FNE realizou, entre os dias 1 e 8 de julho de 2022, e que teve 2.668 respondentes.

Uma das questões então suscitadas dizia respeito ao lançamento do Plano de Recuperação das Aprendizagens, tendo 78,9% dos respondentes confirmado que o processo se tinha iniciado nas suas escolas, mas 11,1% indicado que nas suas escolas esses planos não tinham sido estabelecido.

Sobre se a escola teve acesso a todos os recursos de que precisava para concretizar o seu plano de recuperação, 36,2% deu resposta negativa e 30,5% deu resposta afirmativa, restando 33,2% que declarou não saber responder.

Assinalamos ainda, em resultado dessa consulta, que um número significativo de respondentes declarou não saber responder sobre se a escola atingiu os objetivos pretendidos com aquele Plano, tendo 27,7% confirmado a obtenção dos resultados pretendidos, e 25,1% afirmado o seu contrário.

Nessa mesma consulta, entendemos ser significativo que 53,3% dos respondentes tenha afirmado que não teve acesso aos apoios de que precisou para a realização do seu trabalho na escola.com os seus alunos.

Acresce como preocupação, e também no âmbito desta consulta, que a maioria dos respondentes tenha sublinhado o impacto negativo nas aprendizagens dos alunos por efeito da insuficiência de docentes.

Deste modo, para a FNE, que defendeu a implementação de intervenções ativas e rápidas de resposta aos efeitos da pandemia sobre o desenvolvimento do trabalho escolar dos nossos alunos, a resposta foi mais burocrática do que prática. Com efeito, à determinação da definição de planos de recuperação das aprendizagens pelas escolas faltou a disponibilização do acesso simples à concretização das medidas que caso a caso fossem identificadas pelas escolas.

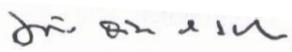
Assim, em muitas circunstâncias, as escolas limitaram-se a canalizar recursos de que já dispunham para acorrerem de forma mais imediata às situações mais urgentes, mas desta forma deixando de responder eficazmente a outras dimensões da qualidade da sua oferta educativa.

As medidas adotadas pelo Ministério da Educação revelaram-se assim insuficientes, porque se limitaram a tentar colmatar falhas que já existiam anteriormente, sem que se permitisse que as escolas dispusessem de meios robustecidos para responderem às necessidades que as circunstâncias impunham.

Mais uma vez, não fora a dedicação e o empenho de milhares de profissionais, nunca devidamente valorizados nem reconhecidos, o efeito negativo da pandemia sobre as aprendizagens dos alunos teria sido muito mais grave.

É por estas razões que a FNE, considerando imperioso que esta medida seja continuada, ela deve ser acompanhada da determinação de meios de acesso rápido a recursos humanos, materiais e financeiros que permitam a sua concretização nas nossas escolas.

Porto, 10 de maio de 2023



João Dias da Silva
Secretário-Geral da FNE